

Análise regionalizada visando proposições para zoneamentos ecológico-econômicos, para criação de unidades de conservação e de priorização para compensações ambientais

Mariana Dalla Costa da Silva^{1,2}, Pablo Pereira da Silva (coorient.)¹, Eduardo Rodrigo Ramos de Santana(orient.)¹

¹Gerência Regional Centro Leste da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), ²Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); mari_dallacosta@hotmail.com; pablodefap@gmail.com; errsantana@gmail.com.

Com frequência os órgãos Ambientais têm focado suas ações no licenciamento e atendimento a denúncias. O licenciamento permite a constituição de um banco de dados que poderia e deveria ser utilizado para estabelecer prioridades e instrumentos de gestão. O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD é solicitado pelos órgãos ambientais como parte integrante do processo de licenciamento de atividades degradadoras ou modificadoras do meio ambiente como também, após o empreendimento ser punido administrativamente por causar degradação ambiental. Em geral, essa punição se dá através de um Auto de Infração. Tecnicamente, o PRAD refere-se ao conjunto de medidas que propiciarão à área degradada condições de estabelecer um novo equilíbrio, com solo apto para uso futuro e paisagem harmoniosa. O principal objetivo do trabalho visa realizar uma análise regionalizada da área de atuação da GERCEL (Gerência Regional da FEPAM em Santa Cruz do Sul) que abrange 65 municípios do Vale do Rio Pardo e Taquari através de levantamento de dados de processos físicos de PRADs, posteriormente transferidos para planilhas do MS Excel e subsequentemente compilados em ArcGis. Os resultados indicam que os municípios obtiveram maior necessidade de recuperação de área degradada através do plantio de mudas foram: Venâncio Aires (22.016 mudas), Barros Cassal (16.015 mudas) e Santa Cruz do Sul (13.341 mudas). Pretende-se através deste estudo identificar espaços prioritários para conservação e recuperação, e formação de corredores ecológicos, visando proposições para zoneamentos ecológico-econômicos, para criação de unidades de conservação e de priorização para compensações ambientais. Os resultados deste trabalho poderão subsidiar o licenciamento ambiental, planos de bacia, elaborações de planos municipais da mata atlântica e outras ferramentas de gestão ambiental.

Apoio: PIBIC-CNPq/ FEPAM